



CRISE CAPITALISTA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Terçália Suassuna Vaz Lira¹

RESUMO: O trabalho trata de analisar a especificidade da participação feminina neste novo contexto marcado pela crise, pela flexibilização das relações de trabalho e pela globalização financeira, ressalta a vulnerabilidade da mulher no mercado atual de trabalho, em cujo cenário temos a precarização do trabalho e o aumento da exploração do trabalho doméstico. Busca-se mostrar que as atuais mudanças no mundo do trabalho não só perpetuam como agravam as desigualdades de classe e gênero.

Palavras-chave: Crise capitalista, desigualdade, trabalho doméstico

ABSTRACT: The work is to analyze the specificity of women's participation in this new context marked by crisis, by easing labor relations and financial globalization, highlights the vulnerability of women in the current study, in which we have the scenario job insecurity and increased domestic labor exploitation. We seek to show that current changes in the world of work as not only perpetuate worsen inequalities of class and gender.

Key words: Capitalist crisis, inequality, housework

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: tercalia_suassuna@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

É sabido que nos anos 1970 foi gerada uma crise na sociedade capitalista contemporânea que perdura até os dias de hoje, que remete a uma crise estrutural. E que o seu enfrentamento pautou-se numa ofensiva generalizada as conquistas sociais da classe trabalhadora, que perpassada pela coercitividade passam a ser vistas como empecilho para o desenvolvimento do capitalismo. Cujo enfrentamento tem como parâmetro a repressão salarial e política sobre o mundo do trabalho.

O capital na busca de uma solução para a crise realizou uma reorganização do mundo do trabalho, implantou o neoliberalismo, instituiu uma nova racionalidade econômica, que tem no setor financeiro o seu centro, e no mercado a liberdade para comandar. Tais mudanças se fizeram implantar contando com a desregulamentação, ou seja, a quebra ou redução da proteção ao trabalho, embasado num discurso ideológico que favorece a banalização da miséria e responsabiliza o indivíduo que não consegue se adaptar a este novo modelo. Contudo há uma especificidade da participação feminina neste novo contexto marcado pela crise, pela flexibilização das relações de trabalho, sua inserção vem se dando de forma precarizada, com salários mais baixos, jornadas maiores e sem alterações na divisão das tarefas domésticas, acirra-se assim o aumento da exploração do trabalho feminino no âmbito doméstico. Neste trabalho busca-se mostrar que as atuais mudanças no mundo do trabalho não só perpetuam como agravam as desigualdades de classe e gênero.

2 CRISE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Vivencia-se na contemporaneidade um processo de (re) organização do capital que se faz explicitar pela externalização, precarização, terceirização, fragmentação e flexibilização do trabalho (Harvey, 1990; Antunes, 1999; Netto, 2006).



Suas consequências têm apontado para resultados desastrosos: como os elevados índices de desemprego, a fragilização dos sindicatos, a precarização das condições de trabalho e salários.

No que remete a especificidade da participação feminina neste novo contexto marcado pela crise, Hirata (2000) ressalta a vulnerabilidade da mulher no mercado atual e ressalta que a flexibilização é sexuada, pois atinge em maior nível as mulheres. A autora aponta que as atuais mudanças no mundo do trabalho não só perpetuam como agravam as desigualdades sociais ligadas ao sexo/gênero. Compreendendo o termo sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual essas necessidades sexuais são satisfeitas” (Rubim, 1993, p.2).

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho se apresentam numa bipolarização das funções, nas desigualdades salariais, desigualdade diante do desemprego e do tempo parcial (Harvey, 1993; Antunes, 2010) tais desigualdades são reforçadas pela representação do trabalho masculino como de valor superior ao feminino, onde as condições de emprego não são as mesmas entre homens e mulheres, nem no acesso, nem na permanência (Hirata, 2000). As novas estruturas do mercado de trabalho têm levado ao aumento da exploração da força de trabalho das mulheres: Substituindo a força de trabalho masculina, mais bem remunerada pela feminina, mal paga, retorno de sistema de trabalho doméstico e familiar, subcontratações e trabalho em tempo parcial e precarizado dirigido prioritariamente às mulheres (Harvey, 1993, Antunes, 2010; Hirata, 2000).

Por outro lado se a mulher vem cada vez mais ocupando espaço na esfera produtiva, contudo o seu papel não foi alterado no que remete as responsabilidades e atribuições inerentes à esfera reprodutiva. Onde os serviços domésticos continuam sendo atribuição feminina apesar dos avanços conquistados no que se refere a participação da mulher nos diferentes espaços, na economia, na política e na cultura. Compreender a natureza dos serviços domésticos e os elementos econômicos, sociais e culturais que o permeiam é essencial para a apreensão do caráter de classe e gênero presente nesta atividade.



3 TRABALHO DOMÉSTICO: desigualdades de classe e gênero

O tema do trabalho doméstico começa a ter visibilidade nos anos 70 influenciado, por um lado, pelas teorias da modernização e, por outro, pelo movimento feminista. Tendo a sociologia norte-americana como o centro dos estudos sobre o tema.

Os estudos sobre trabalho doméstico, apontaram que tal atividade conjuga formas capitalistas de exploração do trabalho com velhas estruturas de dominação no âmbito da família. E que sua base de legitimação estaria numa forma de organização social de cunho patriarcal onde sua marca é a desigualdade econômico-social. (Saffioti, 1976; Motta, 1977; Kartchesvsky et al, 1986),

Sendo o patriarcado uma forma de organização e dominação social, onde a autoridade esta centrada no patriarca de uma comunidade familiar. Esse sistema imprime, institucionaliza, legitima a autoridade masculina sobre os demais sujeitos sociais: as mulheres e as crianças. O sexismo por sua vez, que se faz presente nesse modo de organização social é a ideologia da supremacia masculina (Aguiar, 1997).

As diferenças biológicas entre homens e mulheres na estrutura patriarcal, atribui a mulher um papel diferente do homem dentro da sociedade. Sendo a função biológica da maternidade considerada um acontecimento histórico-biológico insuperável, onde a procriação e o cuidado com os afazeres domésticos e familiares é tido como uma vocação natural das mulheres (idem).

Aguiar (1997) em uma discussão sobre a perspectiva feminista e o conceito de patriarcado, afirma que ele é caracterizado por

[...] um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada forma, porque isto sempre ocorre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além do que é devotada à tradição. (1997, p. 171)

A construção ideológica desse conceito que associa condição e atributos ditos feminina à natureza foi elaborada em função dos interesses da nova classe que ascendia, a burguesia. Foi a institucionalização dessas ideias que imprimiu o lugar da mulher, como o lugar do espaço privado e sua condição como aquela que deve ser domesticada. Tais ideias uma vez incorporadas levaram a redefinição dos papéis masculinos e femininos,



alterando o lugar que cada um ocupava na estrutura de produção e reprodução (Engels, 1953).

A separação entre dimensões sociais – pública e privada – irá negar a mulher uma função social que não seja reprodutiva, de índole privada, emocional e doméstica, caberia a esta dedicar-se à casa, aos filhos, à família. E aos homens caberia o lugar do espaço público, por sua índole racional, caberia a este dedicar-se ao exercício das decisões no âmbito político e econômico.

Assim constata-se que tais pressupostos imprimem e legitimam relações de gênero como relações de poder e desigualdade, onde a domesticidade é um componente associado à mulher e à sua história. O espaço doméstico é um componente tão fortemente vinculado à figura feminina, que se confunde e se funde num mesmo aspecto, ou seja, ao analisar a história das mulheres, o espaço privado mostra-se como uma condição indispensável de análise (Hirata, 2000; Kergoat, 2002; Brites, 2012)..

A divisão sexual do trabalho tem como princípio a separação entre tarefas e funções consideradas próprias de um ou outro sexo, cuja hierarquia, tarefas e funções de maior valor e reconhecimento social são designadas aos homens. Na sociedade capitalista tais funções se separam fisicamente, a produção se realiza no espaço público, o espaço do mercado, a reprodução no espaço privado, no espaço doméstico. Em períodos históricos anteriores tais divisões não existiam, a produção e a reprodução se organizavam em torno do mesmo espaço, o da comunidade familiar. O capitalismo separou. Contudo cabe destacar que a divisão sexual do trabalho se reproduz e se recria tanto na esfera da produção quanto na da reprodução (Kartchevesky et al, 1986; Hirata, 2000).

Cabe também considerar algumas características que são peculiares à condição feminina na atualidade, pois se cabe a mulher reproduzir trabalhadores, ou seja produzir e reproduzir força de trabalho para ser vendida ao capital. Ela própria também é força de trabalho a ser disponibilizada ao mercado, contudo tal característica que foi historicamente sendo construída não promoveu alterações no papel que lhe foi designado socialmente, sob argumentos de caráter biológico, ou seja, não alterou o seu papel no âmbito doméstico.



No que remete a inserção da mulher no mercado de trabalho vale destacar que apesar de desenvolver habilidades e aprendizagens que a qualificam para o mercado, o capital a desqualifica ao associar certas habilidades e qualificações ditas como femininas, dando suporte ideológico as desigualdades de gênero, posto que essa suposta “feminização de habilidades” concorre para diminuir sua remuneração no mercado.

Analisando esta relação entre produção e reprodução social Hirata (2000) e Kergoá (2003) apontam que um dos fatores de desvalorização do trabalho doméstico está no fato de nós mulheres historicamente trabalharmos por amor à família, portanto sem nenhuma remuneração e cobrança realizada pelo trabalho. Assim o trabalho doméstico é tido como uma situação natural, inerente à condição feminina, perpassado por relações afetivas e fora do mercado.

Rubim (1993, p.4) afirma que “o trabalho doméstico é portanto uma peça chave no processo de reprodução do trabalhador do qual a mais valia é extraída”, uma vez que este trabalho não é remunerado, ou demanda baixos salários, contribui para a quantidade de mais valia realizada pelo capitalista.

Portanto é da esfera da produção que vem os recursos pelos quais se tem o financiamento da esfera da reprodução. A produção e a reprodução portanto estão interligados.

É importante reconhecer que a divisão entre espaço público e privado se torna menos rígida com a entrada da mulher no mercado de trabalho, no espaço público, mas ainda é claramente visível. O capitalismo, como movimento econômico e social, sempre esteve ancorado na teoria do patriarcado, tão forte em épocas passadas, para explicar e justificar as diferenças existentes entre homens e mulheres na sociedade. Tal perspectiva ainda é uma realidade na contemporaneidade. Mesmo considerando que a mulher vem ganhando espaço na esfera pública e cada vez mais, um número maior delas estão saindo do âmbito privado, para estudar e/ou trabalhar. E aí passam a contratar outras mulheres para repassarem as tarefas que outrora eram delas, neste contexto estão de certa forma reproduzindo a ideia de que o espaço privado é de domínio do feminino, ao invés de transformá-lo em uma responsabilidade de toda a família.

Importa ainda considerar que uma mulher ao contratar outra mulher para realizar serviços domésticos, convertendo-o em trabalho remunerado, este carrega, contudo o



estigma da desvalorização que acompanha tal atividade. Tal relação é mediada por duas condições: a de classe e a de gênero. Pois o trabalhador que se dispõe a vender sua força de trabalho sob tais condições de desvalorização social e econômica são pobres e mulheres. O que é fruto do modo como a sociedade encara tal atividade: como ocupação subalterna e fora do circuito mercantil.

A historiadora Joan Scott (1989) define o gênero como um elemento característico das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo ela o modo como se dá significado as relações de poder presente na sociedade. Trata-se de uma construção histórica que se fez definir por diferenças de natureza sexual.

Saffioti (1994) também nos chama a atenção para o que entende como relações de gênero:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante da relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher. Deste modo, a violência cometida por uma mulher contra outra é tão produzida pelo gênero quanto a violência perpetrada por um homem contra uma mulher. (p. 275-276)

A análise das relações de gênero mostra que a mulher é oprimida na sociedade, e que o trabalho doméstico serve aos interesses capitalistas, contudo sua opressão não tem origem no capitalismo, ele apenas se apropriou das diferenças já existentes em períodos históricos anteriores, transformando-as em função de seus interesses. Assim valores culturais construídos socialmente a partir de processos históricos foram apropriados para atender a interesses econômicos.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto é possível perceber que é difícil fazer uma análise econômica do trabalho doméstico, sem que se leve em consideração os elementos culturais e sociais que o tema envolve. Em primeiro lugar parte-se do princípio que tais atividades não se fazem definir como capitalistas, pois se realizam no interior de residências, seja para a própria família, seja para terceiros. Segundo porque o patrão, outra mulher, não é um



empresário, ou não existe propriamente. Ou seja, o contrato de trabalho se firmado, seja verbal ou escrito, define que o produto do trabalho – alimentos cozidos, roupas lavadas e passadas e outros serviços são consumidos diretamente pela família. Esses bens e serviços não circulam no mercado e não mobiliza capital para sua realização, mas rendimentos pessoais. Assim o pagamento da força de trabalho da mulher trabalhadora doméstica advém da esfera da produção, seja por meio do trabalho não pago e apropriado (da mais valia produzida), seja do trabalho necessário, pago ao trabalhador. Isso ocorre porque o salário é determinado não pelo valor daquilo que o trabalhador produz, mas pelo valor do que é necessário para mantê-lo produzindo – ou seja, para a reprodução do trabalhador, e para a reprodução do conjunto da força de trabalho de uma geração à outra. Assim a mais valia é a diferença entre o que é produzido na totalidade pela classe trabalhadora e à quantidade empregada para a sua reprodução.

Convém considerar que para analisarmos a exploração do trabalho doméstico, no contexto contemporâneo brasileiro é preciso romper com a naturalização desta atividade enquanto determinada pelo gênero, devemos compreendê-la como resultante de formulações sociais, econômicas e culturais, forjadas historicamente, mas que rebatem em todas as esferas da vida social.

Assim as relações de gênero são relações que atravessam a sociedade, perpassam as relações sociais, produz antagonismo e conflito, reflete relações de dominação e opressão, entretanto podem ser modificados historicamente .

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. (1997). Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sócio político brasileiro. Em N. Aguiar (Org.). **Gênero e ciências humanas**. Coleção gênero, 5. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **O Sentido do Trabalho. Ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho**. SP, Ed. Boitempo, 1999.

_____. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho IN **O Avesso do trabalho II**, São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ENGERLS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade privada e do estado In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Ed. Alfa ômega, São Paulo, 1953.



HIRATA, Helena S. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In *Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*, Brasília, CIDA, 2000.

_____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, n. 21, Porto Alegre, jan/jun, 2009.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, 2(1), 93-100, 1994.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37 n. 132, p. 595-609, set/dez 2007.

KERGOAT, Daniele. **A relação social de Sexo**: Da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-posições*, Vol. 13, n. 1 (37), Jan/abr, 2002.

KARTCHEVSKY, Andrée et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. **O Capital (Livro I)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 25º edição, 2011.

MOTTA, Alda Brito da. Visão de mundo da empregada doméstica (um estudo de caso) , Salvador, Pós-graduação em Ciências Humanas, UFBA, 1977. 110p.

NETTO, José Paulo e BRÀS, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. SP, Cortez, 2006.

RUBIM, Gaile. *O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia” do sexo*. SOS corpo, Recife, Março/1993.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. SP, Ed. Vozes, 1976.

_____, H. Posfácio: conceituando gênero. Em H. I. B. Saffioti & M. Muñoz-Vargas (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1994.

_____, H. **Gênero, patriarcado e violência**, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTH, Joan. *Uma categoria útil para análise histórica*, SOS Corpo, Recife, 1989.